

Acta da sessão ordinária realizada dia 18 de Abril de 2008

Aos dezoito dias do mês de Abril, do ano dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e vinte e três minutos, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Lourenço Teixeira** e secretariada pelo 1.º secretário **Luís António Gil Martins** e pela 2.ª secretária **Dina Guerreiro Cavaco**, em cumprimento do preceituado no artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Encontravam-se presentes no início da sessão, além dos membros da Mesa, os seguintes membros eleitos directamente pelo PSD: **Fernando da S. Guerreiro da Palma, Maria Filomena Moreira Mestre Guerreiro, Duarte Manuel da Palma Rodrigues, Vítor Manuel Libânio Afonso, Manuel Afonso Santos**, pelo PS **Célia Maria Coelho Guerreiro e Francisco Manuel Valadas Abreu**, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia, eleitos pelo PSD **Rui Manuel Guerreiro da Palma, Sérgio Manuel Afonso Palma, Francisco Manuel Gonçalves da Luz, João Carlos Rodrigues, António José Matilde Francisco, João Manuel da Palma Guerreiro Paleta** e pelo PS, **José Germano Silvestre**. -----

Participaram, também, na sessão os membros **Nuno Ricardo Gomes de Bastos Pina (PS), António Manuel Felício Espírito Santo (PS), Sónia da Cruz Espírito Santo (PSD), António José Barreira Silva (PS), Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS) e Silvino Manuel da Encarnação Romana PSD**, que substituíram respectivamente os membros **Henrique Leonel Alvarez Gama (PS), Pedro Artur Nogueira de Carvalho (PS), Celeste Colaço do Rosário Sebastião (PSD), Maria de Fátima Guerreiro da Conceição Gonçalves Coelho (PS), António Manuel do Carmo Saleiro (PS) e Ricardo António Monteiro Colaço (PSD)**, este último Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, que faltaram à sessão, por motivos fundamentados, tendo a Mesa justificado as suas faltas. -----

Os membros Henrique Gama e Pedro Carvalho pediram a suspensão do mandato até ao dia 31 de Dezembro de 2008. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara **António José Messias do Rosário Sebastião (PSD)**, os Vereadores **Manuel Guerreiro da Palma (PSD), Duarte Freitas de Sousa (PS) e José Manuel Guerreiro (PS)**. -----

Faltou a esta sessão a Sr.ª Vereadora **Sílvia Felícia Baptista (PSD)**. ---

Da presente sessão constou a seguinte ordem de trabalhos: -----

A – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- A.1. Votação da Acta nº1/2008; -----
A.2. Leitura da correspondência; -----
A.3. Intervenções; -----

B – PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

- B.1. Apreciação e deliberação sobre a Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008; -----
B.2. Apreciação e deliberação dos documentos que fazem parte integrante da Prestação de Contas do ano de 2007, bem como da aplicação do respectivo Resultado Líquido; -----
B.3. Apreciação de deliberação da proposta de contratação de um empréstimo no montante de 3.000.000,00 Euros; -----
B.4. Conhecimento do protocolo a celebrar entre as Águas de Portugal – ADP e os Municípios; -----
B.5. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal relativa às actividades municipais mais relevantes e situação financeira nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro; -----
B.6. - Aprovação da acta em minuta. -----

C – PERIODO APÓS A ORDEM DO DIA -----

- C.1. Intervenção dos Municípes (n.º 6, do art.º 84.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

A – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A.1. VOTAÇÃO DA ACTA Nº 1/2008 -----

O Sr. **Presidente da Mesa** solicitou a concordância da Assembleia para a dispensa da leitura da acta nº 01/2008, por considerar que a mesma foi enviada com antecedência e houve tempo para a sua leitura e análise, a qual foi concedida. -----

Seguidamente, colocada à votação a Assembleia deliberou **aprovar**, por **maioria**, com 21 votos a favor e 2 abstenções, a acta nº. 1/2008. -----

A.2. – LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA -----

O Sr. **Presidente da Mesa** referiu ter sido distribuída pelos membros a listagem da correspondência recebida e enviada, parte da qual enviada pelo correio a todos os membros. -----

Apesar disso, como é hábito, disponibilizou-se para facultar cópia de qualquer documento a quem o desejasse. -----

A.3. INTERVENÇÕES -----

O Sr. **Presidente da Mesa** abriu as inscrições para intervenções neste ponto da ordem de trabalhos. -----

O Dr. **Francisco Abreu**, usou da palavra para fazer algumas observações e sugestões à Câmara: -----

- Na estrada de Almodôvar para Gomes Aires, após o arranjo que sofreu e no entroncamento para a Aldeia dos Fernandes, não foi colocada sinalética a indicar Corte Zorrinha e essa indicação deveria de existir; -----
- No Complexo Desportivo Municipal, ao redor do campo de futebol, existe um circuito utilizado por um número crescente de pessoas nas suas caminhadas, cujo piso não está nas melhores condições, sendo então oportuno uma intervenção naquele espaço; -----
- Os campos de Ténis do mesmo complexo atrás referido, estão a ser pouco utilizados, e conseqüentemente dever-se-iam adoptar medidas de promoção desta modalidade; -----
- Nas passadeiras que o município colocou um pouco por toda a vila, são poucas as que têm acesso para deficientes motores e dever-se-ia corrigir esta situação; -----
- Nas obras de remodelação da EB1 de Almodôvar os muros exteriores em construção são muito altos, tornando o espaço muito fechado, pelo que à semelhança de outras escolas se fosse rebaixado e com grades de vedação, asseguraria a protecção e melhoraria a visibilidade. -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, disse que a resposta da Câmara a estas questões teria lugar no ponto B5, pelo que de seguida deu a palavra ao Dr. Fernando Palma que se inscrevera para intervir. -----

O **Dr. Fernando Palma**, no seguimento de intervenções que fez em anteriores sessões, abordou o tema da interioridade, para dizer que, em jeito de balanço sobre o estado da nossa região, e após mais de trinta anos de democracia e mais vinte de adesão à actual União Europeia, a realidade caracteriza-se por factos pouco agradáveis: desertificação e despovoamento do território; tecido empresarial débil e de poucos capitais; baixos níveis de formação e de qualificações; desemprego estrutural elevado; deslocalização de serviços vitais; fecho de serviços como urgências de Centros de Saúde, Postos dos CTT; postos das forças de segurança, além do encerramento de maternidades e hospitais a nível nacional, a que se acrescenta nova preocupação caso do eventual encerramento de 32 dos 47 serviços locais de finanças em todo o Alentejo, previstos pelo programa de reestruturação da administração do Estado. -----

Na nossa Região, caracterizada por aglomerados urbanos muito afastados, transportes públicos praticamente inexistentes e populações envelhecidas, está prevista apenas uma repartição de finanças que abarcará os concelhos de Almodôvar, Castro-Verde, Ourique e Mértola o que, a concretizar-se, representará mais um duro golpe para a nossa região. -----

Seguidamente apresentou uma Moção, que leu, e que a seguir se transcreve: -----

“Moção -----

Considerando a proposta do relatório final da Comissão Técnica do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, que aponta para o encerramento de trinta e dois Serviços Locais de Finanças, num universo de quarenta e sete de todo o Alentejo e especificamente para a sugestão concreta de criar apenas um Serviço Local de Finanças abrangendo os concelhos de Ourique, Almodôvar, Castro Verde e Mértola. --

- Tendo em conta o facto de vivermos numa região marcada pela desertificação e despovoamento do território; -----
- Onde os aglomerados urbanos são muito afastados, os transportes públicos que os interligam são praticamente inexistentes, e onde as populações estão muito envelhecidas; -----
- Vem o Grupo Municipal do PSD da Assembleia Municipal de Almodôvar, por este meio, mostrar a sua indignação e discordância pelo eventual encerramento do Serviço Local de Finanças de Almodôvar, tendo em conta a sua extrema importância e utilidade para os contribuintes, numa perspectiva de política de proximidade, atendimento e funcionamento permanente. -----

Assembleia Municipal de Almodôvar de 18/04/2008 -----
O Grupo Municipal do PSD” -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, disse que a Mesa aceitaria a Moção e a colocaria à votação, mas para isso, e para que ambos os Grupos Parlamentares a pudessem analisar mais em pormenor, seria efectuada uma suspensão dos trabalhos por 5 minutos, tendo, porém, os Grupos Parlamentares prescindido da suspensão, uma vez que foi distribuída cópia da Moção aos Grupos. -----

De seguida, não havendo intervenções, sobre a Moção, a mesma foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

B – PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

B.1. – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PRIMEIRA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2008; -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, abriu as inscrições para intervenções. -----

A **Sr.ª Eng.ª Célia Guerreiro**, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, disse que não existia nenhuma proposta relevante na Revisão, pelo que o Grupo mantinha a mesma posição. -----

O **Dr. Fernando Palma**, referiu que o Grupo Parlamentar do PSD nada tem a opor em relação às alterações propostas pelo executivo, e nesse sentido votará favoravelmente a proposta do executivo. -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, pediu ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entendesse necessários relativamente ao assunto em apreço. -----

O **Sr. Presidente da Câmara**, explicou que esta primeira revisão orçamental decorre da necessidade de adaptação do saldo da gerência anterior (273 mil euros), que serviu para reforçar algumas rubricas e incluir outras novas. Após uma análise da gerência da Câmara do primeiro trimestre deste ano e da respectiva execução orçamental, optou-se por efectuar alguns reajustes em termos de reforço de algumas dotações e da anulação de outras pouco utilizadas, bem como introduzir novos projectos que decorreram de financiamentos comunitários não previstos inicialmente, os chamados projectos INTER-REG. -----

Em resposta à Eng.^a Célia, disse que o ajustamento de verbas em função da execução orçamental não desvirtua a estrutura do Orçamento aprovado em Dezembro último. -----

Terminou dizendo-se disponível para qualquer esclarecimento relativo a alguma questão concreta. -----

Analisada a matéria o **Sr. Presidente da Mesa**, colocou a **Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008** à votação, tendo sido **aprovada**, por **maioria**, com 16 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção. -----

A **Sr.^a Eng.^a Célia Guerreiro**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do Partido Socialista, cujo teor se transcreve: -----

Relativamente à Proposta de Apreciação de deliberação sobre a Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, decidiu o Partido Socialista rejeitar a proposta apresentada pelo executivo camarário do PSD, tendo em consideração as seguintes opções: -----

1. Verificar que o documento não contém ainda, propostas consideradas relevantes pelo Partido Socialista e apresentadas na altura da aprovação das GOP; -----
2. Verificar que, apesar das alterações que foram efectuadas ao documento original, este se mantém, na sua essência, direccionado no sentido da estratégia de intervenção delineada pela maioria Social Democrata, aquando da aprovação das GOP; -----
3. Verificar que este documento continua a não servir o interesse das populações e, subseqüentemente, o desenvolvimento do Concelho. -----

B.2. – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2007, BEM COMO DA APLICAÇÃO DO RESPECTIVO RESULTADO LÍQUIDO; -----

O **Sr. Presidente da Mesa** informou que o conteúdo deste ponto da ordem de trabalhos obrigaria a duas votações, uma sobre a prestação de contas e outra sobre a aplicação do resultado líquido. -----

Seguidamente colocou tema à discussão. -----

O **Sr. Nuno Pina**, referiu que o documento lhe pareceu melhor elaborado, comparativamente com o do ano anterior, elogiando por isso os funcionários da autarquia que contribuíram para a sua redacção. -----

Contudo, confessou-se perplexo e sem compreender o porquê dos reajustamentos ao verificar que, apesar de em 2007 ter havido 2 revisões e 6 alterações à revisão do plano, o índice de execução orçamental global desceu 2 pontos percentuais e a execução orçamental caiu quase 10% relativamente ao ano anterior, ficando-se pelos 49.65%. -----

Salientou, depois, a redução da dívida da autarquia, o que é de louvar, mas advertiu para o estado do país em geral, da economia e do constante aumento das taxas de juro e, por conseguinte, se houver a intenção de contrair mais empréstimos, traduzir-se-á no endividamento da autarquia e no empenhar o futuro dos jovens e do desenvolvimento. -----

Concluiu, dizendo que não tem havido melhoria da qualidade de vida em Almodôvar; o concelho não tem um desenvolvimento sustentado e que o documento em apreço reflecte tudo isso, ou seja, nada de novo. -----

O **Dr. Fernando Palma**, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, fez uma avaliação positiva relativamente à prestação de contas do exercício de 2007, porque dá cumprimento ao programa eleitoral do PSD e porque uma grande parte das prioridades do ponto de vista estratégico foram atingidas, tendo sido dada prioridade às acessibilidades, ao saneamento básico, à construção de equipamentos colectivos, à acção social e à educação, às colectividades e associações do concelho, bem como à Cultura e ao Património, tendo sido assinados, durante o ano de 2007, contratos públicos de empreitada e fornecimento de bens num montante que ronda os 3,5 milhões de euros. Tudo isto, quando se tem vindo a registar uma perda em termos de receita de capital que nos dois últimos anos ronda 1.600.000 euros. -----

Relativamente à taxa de execução, disse que a mesma foi positiva (72% na média global), apesar de uma ligeira descida, mantendo-se na média dos últimos anos, e bem melhor do que nos últimos anos de gestão da autarquia pelo Partido Socialista, onde nunca ultrapassou os 35/ 40%. -----

Concluiu com outro indicador importante, a dívida da autarquia. Para dizer que continua controlada, com cerca de 5.154.000 euros de dívida à banca e de 568.931 euros de dívidas a terceiros, num total de 5.723.000 euros em 31 de Dezembro de 2007. Valor incomparavelmente menor do que o encontrado em 1 de Janeiro de 2002, aquando do início da gestão da autarquia por parte do PSD que apresentava 5,5 milhões de euros de dívida à banca e 1.939.000 euros de dívida a terceiros num total de cerca de 7 milhões de euros, verificando-se um diferencial de 1.700.000 euros a menos entre o valor da dívida encontrado em 1 de Janeiro de 2002 e o registado em 31 de Dezembro de 2007. -----

O Sr. Presidente da Câmara, em relação à prestação de contas disse que é um documento com duas vertentes, a vertente técnica e a vertente política. Na vertente técnica, com todos os documentos que decorreram da gestão durante o ano de 2007, que vão ser enviados para o Tribunal de Contas e que reflectem toda a actividade da autarquia, no plano financeiro. Na vertente política, onde se procura prestar uma informação pormenorizada de como foi feita a gestão da autarquia, qual a estratégia seguida, onde se gastou o dinheiro, despesas correntes, despesas de capital, despesas com pessoal, investimentos nesta ou naquela área, tudo devidamente pormenorizado. Embora sendo um documento político, é evidente que é feito por técnicos da Câmara, que trabalham sob a orientação política, e portanto é um documento de todos quantos trabalharam no Município de Almodôvar durante o ano de 2007. Obviamente que quem o assina é o Presidente da Câmara, mas todos têm responsabilidade no sentido de procurar atingir níveis de execução, qualidade e eficiência de modo a prestar um serviço cada vez melhor aos munícipes. -----

A execução orçamental em termos de receita à volta dos 74%, e em termos de despesa na ordem dos 72%, embora não satisfaça o Executivo, é considerada boa em qualquer parte do país. Do lado dos investimentos houve, em 2007, algumas situações mais difíceis por parte da autarquia, particularmente as obras de remodelação da EB1 de Almodôvar e do Caminho Municipal 1198, que passaram por alguns atrasos em termos de arranque, que condicionaram a execução e finalização dessas obras e isso reflectiu-se no valor global da execução em termos da despesa de capital e investimento. Dificuldades que foram ultrapassadas, mas que implicaram decisões importantes (tomadas por unanimidade entre os vereadores), na defesa dos interesses das populações e do Município. Não fossem estes problemas e teríamos mais meio milhão de euros de investimento e a execução orçamental disparava para oitenta ou mais por cento. -----

Importa referir que o ano de 2007 se caracterizou pelo fim de um Quadro Comunitário de Apoio e pelo início de outro, durante o qual o Município não recebeu quaisquer verbas de comparticipação, e nos primeiros três meses de 2008 também ainda não. Contudo, mesmo nestas circunstâncias, houve, em 2007, em saneamento básico, investimentos na ordem dos 812 mil euros, em equipamentos culturais cerca de 180 mil euros e estão a ser feitas obras nas escolas EB1 de Almodôvar, Aldeia dos Fernandes e Telhada bem como arranjo e beneficiação de caminhos em todo o concelho, no valor de cerca de 1 milhão de euros. -----

Acrescentou ainda que os níveis de execução orçamental conseguidos, são tanto mais positivos quando, paralelamente, se conseguiu reduzir a dívida à banca e desenvolver políticas de acção social, como são os apoios disponibilizados no âmbito do Cartão Municipal do Idoso; as ajudas à recuperação de habitação de pessoas mais carenciadas, a atribuição de bolsas

de estudo aos alunos do ensino superior, além de outros apoios ao nível da educação como são o fornecimento de refeições aos alunos do 1º ciclo e os transportes escolares a todos os alunos do concelho, além das actividades extracurriculares de inglês, educação física e musical. Acrescentou ainda o apoio à população sénior do concelho através da promoção de actividades, bem como a permanente ligação às colectividades desportivas, culturais e recreativas. Pelo exposto, e quando estão em curso no concelho de Almodôvar investimentos de muitos milhões de euros, o Sr. Presidente da Câmara mostrou-se estupefacto quando na oposição alguém diz que está tudo na mesma. Terminou a sua intervenção lamentando a política da oposição, que pretende ser alternativa a quem está na Câmara, mas que não apresenta propostas claras e objectivas no sentido de melhorar a acção do Executivo. -----

O **Sr. Nuno Pina**, em resposta ao Sr. Presidente da Câmara argumentou que, quando elogiou a redacção do documento de prestação de contas por parte dos funcionários da autarquia não foi sua intenção dizer que nele não havia participação política porque, obviamente, se trata de um documento político. -----

Seguidamente confessou não compreender a descida da execução orçamental em 2% de 2007 em comparação com 2006 apesar de, como diz o Sr. Presidente, haver tantas obras. E por ter havido também revisões às GOP que julgava servirem para fazer os reajustamentos e adequação às necessidades. -----

Finalizou afirmando a seriedade com que a oposição é feita, com apresentação de propostas, que acabam invariavelmente por não ser aceites pela maioria que as considera meras sugestões. -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, por não haver mais intervenções, e como lembrou no início deste ponto da ordem de trabalhos colocou, separadamente, à votação o **Relatório e Contas**, que foi **aprovado**, por **maioria**, com 17 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção. Seguidamente colocou a proposta de aplicação do **Resultado Líquido** à votação a qual foi **aprovada**, por **maioria**, com 22 votos a favor e 1 abstenção. -----

O **Sr. Nuno Pina**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do Partido Socialista, cujo teor se transcreve: -----

A Prestação de Contas apresentada inclui um conjunto de documentos que, do ponto de vista técnico, nos parece bem elaborado, reflectindo até, um esforço de melhoramento, comparativamente com o relatório de prestação de contas do ano anterior, não merecendo por isso qualquer reparo, que não seja apenas o de elogiar o esforço e empenho dos funcionários da Autarquia que nele trabalharam. -----

Analisando o documento, observamos que apresenta um índice de execução orçamental global de 71.93%, ou seja, menos cerca de 2 pontos -----

percentuais em relação à taxa de execução do ano transacto, que se situou nos 73.91%. -----

Ao analisarmos as receitas e despesas correntes, observamos que o índice de execução é de 96.35%, o que não surpreende, mas no que diz respeito às receitas e despesas de capital, o índice de execução orçamental é apenas de 49.65%, caindo cerca de 10 pontos percentuais relativamente ao ano anterior, cuja execução orçamental se situou nos 58.54%. Ora, consideramos esta situação verdadeiramente preocupante, além de reveladora de uma gestão deficitária grave dado que, mesmo após duas revisões e seis alterações orçamentais em que a maioria camarária do executivo levou a cabo todas as alterações que entendeu, a taxa de execução orçamental ficou abaixo de metade do orçamento previsto. Esta situação é incompreensível e demonstrativa da incapacidade de gestão pois, ao não serem atingidos os objectivos traçados para o desenvolvimento do Concelho de Almodôvar, é-nos revelado, clara e objectivamente a ausência de estratégia de acção definida por parte da maioria camarária, num concelho com poucos recursos e inúmeras necessidades. -----

Por tudo o que foi supra referenciado, a bancada do Partido Socialista vota contra a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Almodôvar respeitante ao ano de 2007. -----

B.3. – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO NO MONTANTE DE 3.000.000,00 EUROS; -----

O **Sr. Presidente da Câmara**, solicitado pelo Sr. Presidente da Mesa a fazer uma apresentação deste tema, disse que a contratação deste empréstimo se destina a um conjunto específico de obras no concelho de Almodôvar a realizar em 2008; 2009 e 2010. A possibilidade de contratação deste empréstimo deve-se à boa saúde financeira da autarquia, que possui uma capacidade de endividamento bastante grande e aquilo que o executivo pretende é aproveitar um mecanismo previsto na legislação para realizar investimentos orientados para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria da qualidade de vida das populações. -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, apresentado que estava o tema, colocou-o à discussão. -----

O **Dr. Francisco Abreu**, relativamente ao tema, levantou duas questões: por um lado, o facto de todas as obras estarem incluídas nas Grandes Opções do Plano para execução, e depois se repetirem as mesmas obras no empréstimo e por outro lado, apesar de registar com agrado a situação financeira desafogada da autarquia que possibilita a contratação deste empréstimo, a possibilidade de o mesmo, dado o montante em causa, cerca de 1/5 do orçamento de 2008, esgotar a capacidade de endividamento da autarquia. Tudo isto, quando seria recomendável alguma prudência em virtude da situação da economia e da variação dos juros com tendência de subida. -----

Disse também que o valor do empréstimo é muito elevado, cerca de 600.000 contos na moeda antiga, durante um período de 20 anos, recaindo sobre a próxima geração. -----

Não pondo em causa a importância das obras, disse que talvez fosse melhor dar prioridade às mais urgentes, reduzindo assim o valor do empréstimo e consequentemente os encargos com juros para a autarquia. -----

O **Dr. Fernando Palma**, no uso da palavra, congratulou-se pelo facto das obras previstas no empréstimo, estarem também contempladas no programa eleitoral do PSD. Além disso estão também contempladas no Plano de Actividades e Orçamento de 2008 tratando-se de investimentos importantes para o Concelho de Almodôvar no sentido de melhorarem a qualidade de vida das populações. -----

Referiu que se trata de um empréstimo dentro dos parâmetros da autarquia, uma vez que não esgota a sua capacidade de endividamento, servindo para colmatar a perda real de receita verificada nos últimos 2 ou 3 anos. Trata-se, no entanto de uma decisão política, tomada, com certeza, com conhecimento das suas implicações, avaliando os riscos, os prós e contras, e como é óbvio contará com o apoio do Grupo Parlamentar do PSD. -----

Continuou, dizendo que da avaliação feita ao documento de prestação de contas, extraiu que a câmara propõe utilizar apenas 600.000 euros em 2008, e 1.800.000 euros durante o ano de 2009. O capital em dívida será assim, em 31 de Dezembro de 2009, de 7.576.000 euros, em números redondos. Somando a este valor cerca de 500.000 euros, valor médio da dívida a terceiros nestes últimos anos, teremos 8 milhões de euros de dívida àquela data. Sabendo-se que haverá almofada financeira para amortizar, neste período de tempo, aproximadamente 1 milhão de euros destes encargos, restarão 7 milhões de euros de dívida. Valores, ainda assim, substancialmente mais baixos do que aqueles encontrados pelo actual executivo quando assumiu os destinos da autarquia e que se cifravam nos 7.415.000 euros, pelo que não há que fazer falsas interpretações ou dramas relativamente a esta matéria. -----

Para terminar fez uma analogia entre, por um lado, o anunciado pelo Sr. Primeiro Ministro, há poucos dias, de investimentos de 40 mil milhões de euros, a 10 anos, para construir um aeroporto, a nova ponte sobre o Tejo, 10 barragens e o TGV, sem no entanto esclarecer onde iria buscar tanto dinheiro, mas tendo por horizonte, com certeza, as eleições de 2009 e por outro, a intenção da Câmara de contrair este empréstimo, que do ponto de vista proporcional se reveste de um maior grau de certeza e um menor risco. -----

O **Dr. Francisco Abreu** intervindo, de novo, disse que o Dr. Fernando Palma havia antecipado a votação do Grupo Parlamentar do PS, e confessou não entender a admiração nem a perplexidade pelo PS votar contra, porque quando o PSD era oposição não votou favoravelmente nenhum orçamento

apresentado pelo PS. E nesses orçamentos houve muita coisa boa, e apesar de alguns erros que possam ter sido cometidos, fizeram-se obras que aí estão, a servir os Almodovarenses, mas obviamente que os tempos eram outros e as prioridades também. -----

Por agora o PSD definiu a sua política, as suas prioridades e as obras que entende fazer e, no final, o povo que é soberano avaliará as opções de cada um. O que não pode haver é menosprezo pelas ideias dos outros porque, embora com pontos de vista diferentes todos querem o melhor para Almodôvar e por isso deve haver respeito pelas ideias diferentes das nossas. -----

O **Sr. Nuno Pina**, pediu a palavra para colocar uma questão: É um empréstimo de 3.000.000 de euros para obras que estão consignadas nas GOP, e que não estão nos 15.000.000 de euros do orçamento da Câmara? -----

O **Sr. Presidente da Câmara**, esclarecendo, começou por dizer, relativamente a este empréstimo que deverá ser motivo de satisfação para todos aqueles que gostam de Almodôvar, o facto de se destinar a investimentos e não para pagar dívidas, como acontece com outros municípios. O que poderá estar em causa é se as obras correspondem, ou não, às necessidades do Concelho e das suas populações e, mais ainda, que as mesmas, vão até ao encontro de sugestões do Partido Socialista nos orçamentos do ano passado e deste ano. ---

Seguidamente fez uma chamada de atenção ao Dr. Francisco Abreu, no sentido de rever a votação da bancada do PS, pois a deputada Eng.^a Célia Guerreiro votou favoravelmente a prestação de contas, tornando incorrecta a declaração de voto apresentada em nome de todos os deputados do Partido Socialista. -----

Retomando o tema, o Sr. Presidente da Câmara, enumerou as obras previstas neste empréstimo de 3 milhões de euros, e que só se destinam a estas, não podendo ser aplicado em outras: -----

A intervenção no Ribeiro do Poço de Ourique, com alternativa ao trânsito na Vila de Almodôvar; -----

- O Loteamento Municipal da Cerca do Convento, em terrenos contíguos ao Convento de S. Francisco, que contempla 14 lotes, 12 para vender a preços baixos, e 2 que já estão negociados, envolvendo ainda um conjunto de infra-estruturas que não servem apenas este loteamento, mas toda a área circundante. -----
- Arruamentos e requalificação urbanística da entrada da Aldeia de Gomes Aires; -----
- Obras no Mercado Municipal de Almodôvar; -----
- Obras no Cine-Teatro de Almodôvar; -----
- -----

- Construção de 1 depósito de água em Almodôvar, há muitos anos necessário, e que também tem sido sugerido pela própria bancada do Partido Socialista nos últimos orçamentos; -----
- Repavimentação das ruas em Moinhos de Vento; Bernardos e Sincera; -----
- Um troço da Estrada Municipal 543 na Freguesia de S. Barnabé; -----
- Requalificação de todo o Bairro 25 de Abril, desde o Adro dos Judeus até ao edifício dos CTT; -----
- Infra-estruturas do Loteamento Industrial (atente-se no facto deste loteamento ter sido um projecto do Partido Socialista, mal conduzido e que resultou na construção de alguns equipamentos (que nem água da rede têm) e na compra de alguns lotes para pura especulação. Tudo isto consequência do Partido Socialista não ter feito na altura aquilo que se lhe exigia; -----
- Polidesportivo descoberto em Santa Clara-a-Nova. -----

Trata-se de investimentos claros e objectivos e alguns deles podem ainda vir a beneficiar de financiamentos comunitários no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio que está agora a iniciar-se. Se porventura isso acontecer, não será necessário recorrer à totalidade deste empréstimo, porque se trata de um empréstimo em conta corrente, e só pagaremos aquilo que foi utilizado. -----

Sobre estas obras, o Sr. Presidente, deu um outro esclarecimento: As obras têm de estar inscritas em orçamento, embora estivessem no PPI sem verbas consignadas. Com esta revisão passaram para o orçamento com 100 euros cada uma, de dotação, e quando o empréstimo estiver aprovado será feita a dotação com o montante necessário. -----

Referindo-se depois à capacidade de endividamento da Câmara, disse que actualmente ela é de 52%, e em virtude das obras não serem lançadas todas em simultâneo, mas gradualmente de acordo com as prioridades e os objectivos traçados, no final deste ano rondará os 60 ou 65%. Apresentou, ainda, alguns resultados de simulações efectuadas, tendo por base vários cenários, que revelam as bases seguras com que se está a tratar este assunto, não havendo riscos assinaláveis em contrair este empréstimo. Acrescentou, ainda, que o que seria mau, era o facto da Câmara ter possibilidade de utilizar esta almofada financeira e não o fazer, numa época em que o país, em geral, atravessa dificuldades de vária ordem e o interior em particular, indo as obras no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações e garantir o desenvolvimento sustentado do concelho. O que é importante reter é que em Almodôvar há capacidade de iniciativa e capacidade financeira para se avançar com o que tem de ser feito. -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, Analisada a matéria e por não haver mais intervenções, colocou a **Proposta de Contratação de um empréstimo no montante de 3.000.000,00 euros** à votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com 16 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção. -----

O **Dr. Francisco Abreu**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do Partido Socialista, cujo teor se transcreve: -----

“Relativo ao ponto B3 do período da Ordem do Dia – Apreciação e deliberação da Proposta de contratação de um empréstimo no montante de 3.000.000,00 de Euros -----

Os Deputados Municipais de Almodôvar do Partido Socialista decidiram votar contra a contratação de um empréstimo no valor de 3 milhões de euros por entenderem que devido à actual conjuntura económica que o país atravessa será de ponderar seriamente na oportunidade da contratação de um empréstimo deste montante, não só pelos elevados encargos que o mesmo acarreta para a Autarquia, como também pelo facto de o mesmo esgotar a capacidade de endividamento do Município, que se verá assim limitado na eventualidade de alguma emergência que possa ocorrer. Se, como refere o Sr. Presidente, a contratação deste empréstimo só é possível pela boa situação financeira da Autarquia, o que nos apraz igualmente registar, seria igualmente prudente e aconselhável não limitar grandemente, senão mesmo esgotar, essa capacidade, para podermos ficar com a garantia e a segurança de que a Câmara Municipal poderá sempre acudir a qualquer situação imprevista que requeira da sua parte uma intervenção rápida e urgente. -----

Não pondo minimamente em causa a análise que foi efectuada às diferentes propostas apresentadas pelas entidades bancárias, as quais cremos que foram detalhada e minuciosamente analisadas por técnicos cuja competência estará acima de qualquer suspeita, nem tão pouco a importância dos projectos a que o referido empréstimo se destina já o mesmo não poderemos dizer do “timing” em que o empréstimo é efectuado, quer em relação à difícil conjuntura económica que o país atravessa e que atrás aludimos, quer em relação ao facto de o mesmo se verificar pouco tempo após a aprovação de um Orçamento Municipal para 2008 que contemplou verbas no valor de 15 milhões de euros e no qual estavam contempladas verbas destinadas aos projectos a que este projecto se destina, quer mesmo em relação ao facto de, em nossa opinião, um empréstimo desta envergadura, a ser contraído, deveria sê-lo talvez no início e não na parte final de uma legislatura. Além disso o elevado montante em causa, recorde-se que são 600.000 contos, cerca de 1/5 do Orçamento total da Câmara Municipal de Almodôvar para 2008, irá acarretar elevados encargos para a Autarquia durante os próximos anos, o que numa época de notórias dificuldades que estamos a atravessar e em que a todos é pedida alguma contenção e sacrifícios de vária ordem, será de todo

desaconselhável e requer alguma prudência, em nossa opinião, a contratação de um empréstimo de valores tão elevados, sendo talvez mais prudente ir executando gradualmente os projectos em causa, dos quais não duvidamos minimamente do seu interesse e importância para o concelho de Almodôvar. -----

Terminaremos com duas questões: estando o Município de Almodôvar há tanto tempo sem estes projectos será que é mesmo necessário, e assim tão urgente, executá-los todos de uma só vez? Não seria mais prudente a sua execução gradual em função de uma priorização que viesse a ser feita dos mesmos? -----

É como diz o povo: “cuidados e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”. -----

B.4. – CONHECIMENTO DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE AS ÁGUAS DE PORTUGAL – ADP E OS MUNICÍPIOS; -----

O Sr. Presidente da Mesa lembrou que apesar de não ser objecto de votação este é um assunto bastante importante e pediu ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do Protocolo. -----

O Sr. Presidente da Câmara, começou por referir que o protocolo ainda está em fase de estudo e tem que ver com o abastecimento de água em alta e o tratamento das águas residuais do Concelho de Almodôvar num sistema multi ou intermunicipal. Lembrou que houve um projecto apresentado pelos municípios constituintes da AMALGA, para a área do ambiente, em conjunto com outras associações de municípios, ao Fundo de Coesão em 2006 e que foi reprovado. Entretanto tem havido alguma evolução no sentido de criar parcerias com a empresa Águas de Portugal, criando sistemas multimunicipais nuns casos e intermunicipais noutros, sem existir um consenso total, porque há municípios que não pretendem abdicar de algum controle na questão do fornecimento de água e do preço praticado, ou porque os projectos não são viáveis do ponto de vista financeiro, dada a sua dispersão geográfica e densidade populacional reduzida. Nesse sentido está neste momento a ser estudada, do ponto de vista do seu enquadramento jurídico, uma solução que é a de envolver todos os municípios da AMALGA, da AMA, da AMCAL e da AMLA, num conjunto de 25 municípios, que juntamente com a Águas de Portugal, constituirão uma empresa única para gerir o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais nestes 25 concelhos, tornando assim o projecto mais viável do ponto de vista financeiro, porque já envolve um universo de 250.000 consumidores, além de que para haver financiamentos comunitários é necessário que os investimentos sejam, no futuro, sustentáveis do ponto de vista económico, através de receitas geradas pelo próprio sistema. Houve algumas reuniões ao mais alto nível, tudo apontando para que sejam assinados protocolos entre a Águas de Portugal e os municípios, individualmente, naquela que aparenta ser a melhor solução. Uma vez dado este passo, o seguinte seria o de desenvolver a engenharia financeira para realizar os investimentos, mas

fundamentalmente o enquadramento jurídico dessa empresa de forma a adequar-se à legislação nacional e às normas impostas pela União Europeia. ---

No caso concreto de Almodôvar, disse que já foram feitos alguns investimentos, previstos no protocolo, como é o caso da ETAR de Aldeia dos Fernandes, obra que custou cerca de 400.000 euros, bem como irá avançar a construção de um novo depósito de água em Almodôvar com uma capacidade de 1000 m³ porque o actual já não cobre as necessidades da vila. Também já foi substituída parte da conduta adutora desde a estação de tratamento até ao depósito. Destes e outros equipamentos existentes seria negociada a forma de transferência para as Águas de Portugal e também qual a tarifa que a população iria pagar pela água, sendo esta uma questão sensível, que deve ser tratada com todo o cuidado e pelo que se está a trabalhar no sentido da sua salvaguarda. -----

Apesar deste Protocolo ser apenas para conhecimento, e dos esclarecimentos agora prestados, o Sr. Presidente da Câmara disponibilizou-se para continuar a conversar sobre este tema, em reuniões formais ou informais, no âmbito da Assembleia ou fora dela, porque, efectivamente, se trata de um assunto muito importante. -----

Após a explicação feita pelo Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Presidente da Mesa**, colocou o assunto à discussão. Não havendo de entre os presentes quem desejasse intervir, frisou ele próprio a relevância do projecto, já abordado por várias vezes em outras sessões e que importa continuar a discutir, pois as questões que o mesmo levanta não são apenas de carácter político e abrangem a vertente económica e financeira, e através do preço da água a vertente social. Encerrando este assunto, o Sr. Presidente da Mesa disse partilhar também da vontade e disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara para retomar este tema, as vezes que forem necessárias. -----

B.5. – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA ÀS ACTIVIDADES MUNICIPAIS MAIS RELEVANTES E SITUAÇÃO FINANCEIRA; -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, abriu as inscrições para intervenções, e não havendo interessados, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, lembrando as questões colocadas no período antes da ordem do dia, pelo Dr. Francisco Abreu. -----

O **Sr. Presidente da Câmara**, sobre as actividades e situação financeira da Câmara referiu que para além da própria discussão da prestação de contas, foi enviado um conjunto de documentos a todos os membros da assembleia, que descrevem de forma muito objectiva e clara daquilo que tem sido a actividade da câmara. -----

Respondeu de seguida às questões colocadas pelo Dr. Francisco Abreu, e disse que: -----

•

- A inexistência de placa a indicar a localidade Corte Zorrinho, na estrada que liga Almodôvar a Gomes Aires, é consequência da política de sinalização adoptada pelo Instituto de Estradas, segundo a qual são indicadas apenas as localidades maiores e na sua área de acção os municípios não podem intervir. Neste caso, apenas é possível solicitar a colocação dessa indicação de localidade, mas ao Instituto de Estradas cabe a última palavra; -----
- O caminho à volta do campo de futebol foi criado pelos próprios munícipes, que por lá foram passando, uns de carro, outros a pé. No entanto uma vez que existe e é utilizado cada vez por um maior número de pessoas nas suas caminhadas, poder-se-á, efectivamente, efectuar alguma beneficiação no mesmo. -----
Ainda sobre este assunto, o Sr. Presidente da Câmara aproveitou para anunciar que o próximo investimento a ser feito no complexo desportivo é a colocação de um circuito de manutenção. Deste modo as pessoas, para além de andarem à volta do campo de futebol poderão fazer alguns exercícios. Este investimento vem na sequência de outros já realizados naquele espaço, como são o caso do parque infantil e a transformação de um campo de ténis em polidesportivo descoberto, por forma a tornar o Complexo Desportivo Municipal mais atractivo, quer para actividades desportivas, quer para actividades de recreio; -----
- Quanto aos campos de ténis sem utilização, deve-se em primeiro lugar ao facto do Concelho de Almodôvar não ter população em número suficiente que justifique 5 campos de ténis. Daí se terem efectuado as obras de transformação de um deles em polidesportivo, até mesmo para servir de apoio ao pavilhão Gimnodesportivo. Reconheceu, no entanto, não ter sido ainda encontrada uma solução para rentabilizar estes equipamentos, que é uma situação que tem de ser ponderada pelo Gabinete de Desporto e que passará eventualmente pela divulgação e promoção desta modalidade junto da comunidade escolar; -----
- Sobre as passadeiras para deficientes motores, ao contrário do que foi aqui dito noutras sessões por membros do Partido Socialista, afinal as passadeiras na vila não são demais, mas a situação focada não é um problema de passadeiras, mas sim de passeios. De facto este Executivo tem tido, e continua a ter, uma preocupação muito grande com os peões e os acessos para as pessoas com mobilidade condicionada que têm de ser melhorados. -----
Cada vez existem mais carros em Almodôvar, e o desafio que se coloca é o de conseguir um equilíbrio entre a fluidez do trânsito, o seu estacionamento e os interesses dos peões, particularmente a sua segurança. A este propósito referiu um concurso de fotografia, no âmbito da elaboração da Agenda 21, promovido pela autarquia

através do qual alguns jovens participantes da EB2 3 fizeram alusões à proliferação dos carros na vila de Almodôvar, ocupando espaços que devem ser das pessoas, mostrando quão importante esta questão é para eles. -----

Existe sensibilidade por parte da Câmara para este problema e já foram feitas algumas obras de melhoramento dos acessos aos edifícios e espaços públicos, mas há dificuldades em vários casos, muitos deles resultantes da própria arquitectura dos edifícios, apontando o exemplo da Igreja Matriz de Almodôvar e da sua escadaria. -----

- Quanto aos novos muros na escola EB1 de Almodôvar, foram projectados por forma a seguir o enquadramento estético do Jardim-de-infância, e o projecto foi submetido à consideração da Direcção Regional de Educação do Alentejo, que relativamente aos muros nada apontou. Deste modo estão a ser construídos segundo o projecto. -----

B.6. – APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA; -----

O **Sr. Presidente da Mesa**, após a leitura das partes da minuta relativa às decisões tomadas na sessão, colocou-a à votação, a qual foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA -----

C.1. - INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES (N.º 6, DO ART.º 84.º DA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO); -----

Finda a ordem de trabalhos foi, nos termos do Regimento e do n.º 6, do art.º 84º da Lei n.º 5/A/2002, de 11 de Janeiro, dada a palavra à assistência, não tendo havido intervenções. -----

Antes de dar por encerrada a sessão, o **Sr. Presidente da Mesa**, lembrou aos presentes que no dia 25 de Abril às 10:30 horas, haverá uma sessão comemorativa do 25 de Abril, com intervenções de membros eleitos do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Sr. Presidente da Câmara e dele próprio Presidente da Mesa da Assembleia, e que na mesma participará o Grupo Coral Feminino da Semblana, tendo sido enviados convites a diversas personalidades e entidades do Concelho. Tratando-se de uma sessão pública que ultrapassa o foro partidário, e se inscreve no âmbito da cidadania, apelou à participação de todos e à sua divulgação junto da população. -----

FECHO: - Nada mais havendo a tratar, pelo Sr. Presidente foi declarada encerrada a sessão n.º 02/2008 eram 23 horas e 41 minutos. -----

Para constar e fins consignados no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se lavrou a presente acta da sessão, que depois de aprovada, vai ser assinada. -----

E eu, Manuel António Felisberto Francisco, Técnico-adjunto de Arquivo de 2ª Classe, a secretariei, a redigi e subscrevo. -----